



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

DEISE SILVA SOUSA

**A CAPITANIA REAL DA PARAHYBA NAS
MALHAS DO PODER COLONIAL:**

Territórios da escrita de uma história

CAMPINA GRANDE – PB

2014

DEISE SILVA SOUSA

**A CAPITANIA REAL DA PARAHYBA NAS MALHAS DO PODER
COLONIAL:**

Territórios da escrita de uma história

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção
do certificado de graduação.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria Lindaci Gomes de Souza

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S725c Sousa, Deise Silva
A capitania real da Parahyba nas malhas do poder colonial
[manuscrito] : territórios da escrita de uma história / Deise Silva
Sousa. - 2014.
43 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza,
Departamento de História".

1. História da Paraíba 2. Paraíba Colonial 3. Historiografia
Paraibana I. Título.

21. ed. CDD 981.33

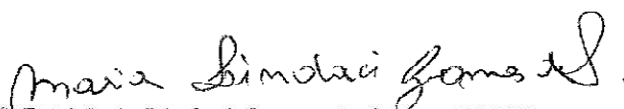
DEISE SILVA SOUSA

**A CAPITANIA REAL DA PARAHYBA NAS MALHAS DO
PODER COLONIAL:**

Territórios da escrita de uma história

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, em
cumprimento à exigência para obtenção
do certificado de graduação.

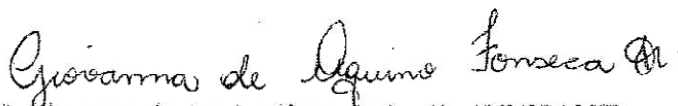
Aprovada em 07 / 08 / 2014.



Prof.ª Dr.ª Maria Lindaci Gomes de Souza / UEPB
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Patricia Cristina de Aragão / UEPB
Examinadora



Prof.ª Dr.ª Giovanna de Aquino Fonseca Araujo / UNIFAVIP
Examinadora

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho:

Aos professores; Josemir Camilo e Giovanna de Aquino,
pelo exemplo de dedicação e interesse pela pesquisa
historiográfica.

A minha família, (vó, tia e irmãos), pelo apoio
incondicional a esta e a todas as minhas iniciativas.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Josemir Camilo, por seu empenho, dedicação e principalmente, paciência com os meus prazos quase abusivos.

A professora Giovanna de Aquino, pelo grande apoio a minha escrita.

E a ambos por serem exemplos de dedicação e interesse pela pesquisa historiográfica.

A minha família (minha vó, tia Lígia, meus irmãos Débora e Davi, e meu irmão do coração Vinicius) pelo apoio e interesse constantes nas minhas iniciativas, por mais impossíveis que tenham parecido a primeira vista.

Ao meu companheiro Thiago Almeida, pelo apoio constante, nos bons maus momentos, transformando-os todos em experiências positivas; principalmente no que diz respeito a este trabalho.

Aos meus amigos mais próximos, Mayara Neves, Ewerton Marinho, Junior Melo e Teohelber, pelo incentivo e pressão constantes. Também aos amigos mais distantes, que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho na medida do possível.

Aos professores do Curso de Graduação da UEPB, em especial, Maria Lindaci, e Patrícia Cristina, que, entre outros, que agora ensinam sua arte em outras instituições, contribuíram para a minha formação como profissional e como pessoa, por meio das leituras e debates por elas promovidos ao longo do curso.

Aos funcionários da UEPB, em especial aos bibliotecários, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos amigos da classe; Francinilda, Samuel, Anderson e Odoberto, pelos bons momentos entre tantas turbulências.

"dar (...) atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, sustentam as operações de construção do sentido (...) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem as inteligências nem as ideias são desencarnadas e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, quer sejam filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas". (CHARTIER, 2002, p.68)

RESUMO

O presente artigo é fruto de pesquisas desenvolvidas em torno de problemáticas que envolvem as visões historiográficas a respeito do período da anexação da Paraíba a Pernambuco, ainda no período colonial. A problemática central deste trabalho gira em torno de três questões, cuja primeira diz respeito a: Que representações a respeito do período da anexação da Paraíba a Pernambuco, a historiografia paraibana do século XX tornou possíveis?; Como tais representações falam do reconhecimento dos lugares de saber de autores que, quando não paraibanos, passaram parte significativa de suas vidas dedicando-se ao trabalho de desbravamento das fronteiras historiográficas deste território?; e, Podem-se detectar que ideias a respeito dos conceitos de território e fronteira, por meio dos textos e obras analisados? Nossos objetivos giram em torno das problemáticas anteriormente referenciadas, estando entre eles: A historiografia paraibana, não esquecendo que também lançamos mão da leitura de escritos produzidos por autores não paraibanos, a respeito do período da anexação, fundamenta-se numa diversidade de fontes e de ferramentas de pesquisa, estabelecendo diálogos com diversas formas teóricas; possibilitando uma rica fonte de análise das representações da Capitania Real da Parahyba, e do poder colonial, através dos territórios da escrita de uma historiografia paraibana. Acreditamos ainda que uma investigação da historiografia deste período, através de categorias como *território* e *fronteira* contribui não apenas para a interlocução da história com o campo geográfico, mas, e principalmente, para a compreensão de que tais campos (histórico e geográfico), embora constituam disciplinas separadas, podem muito bem, coexistir enquanto métodos de abordagem para a pesquisa e escrita de histórias e geografias provocadoras de estímulos múltiplos a sensibilidade dos seus leitores. Nosso texto está estruturado da seguinte forma: Capítulo I. Raízes para a anexação; Capítulo II. Anexação: territórios e fronteiras; e, Capítulo III. Anexação e “liberdade”: escritas de um processo.

PALAVRAS-CHAVE: Paraíba Colonial. Representações. Historiografia Paraibana

ABSTRACT

This article is based on research developed around issues involving the historiographical views about the period of the annexation of the Paraíba Pernambuco, even in the colonial period. The central issue of this work revolves around three issues, the first concern: What representations concerning the period of annexation of the Paraíba Pernambuco, Paraíba historiography of the twentieth century made possible ?; As such representations speak recognition of places of knowledge of authors who, when not paraibanos, spent a significant part of their lives devoting themselves to the work of clearing the historiographical boundaries of this territory ?; and can be detected that ideas about the concepts of territory and border, through texts and works analyzed? Our goals revolve around the issues previously referenced, standing among them: The paraibana historiography, not forgetting that we also launched hand reading of writings produced by non paraibanos authors, concerning the period of annexation, is based on a diversity of sources and research tools, establishing dialogues with various theoretical forms; providing a rich source of analysis of representations of the Royal Captaincy of Parahyba, and colonial power, through the territories of the writing of a paraibana historiography. We also believe that an investigation of the historiography of this period through categories such as border territory and contributes not only to the dialogue of the story with the geographic field, but, especially, to the understanding that such fields (historical and geographical), although they constitute separate disciplines, may well coexist while methods approach to research and writing of histories and geographies of multiple provocative stimuli sensitivity of its readers. Our paper is structured as follows: Chapter I. Roots for annexation; Chapter II. Annexation: territories and boundaries; and Chapter III. Annexation and "freedom": a written process.

KEYWORDS: Colonial Paraíba. Representations. historiography Paraibana

SUMÁRIO

	Introdução.....	11
1.	Raízes para a anexação: uma investigação das causas.	20
2.	Anexação: territórios e fronteiras.	30
3.	Anexação e “liberdade”: escritas de um processo.	36
3.1.	Argumentos para uma alforria.....	36
3.2.	Uma liberdade mediada.....	37
	Conclusão.	39
	Referências.	42

INTRODUÇÃO

Uma disciplina se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos: tudo isto constitui uma espécie de sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele. (Foucault, 2009, p.30)

Uma disciplina, embora diga-se universal, e com razão, está sempre intrinsecamente vinculada a um lugar. Os modos de ler, interpretar e desenvolver teorias e métodos para o tratamento dos mais diversos objetos; com base nas trocas culturais locais e com o exterior nas suas várias e nem sempre apreensíveis formas; e nos produtos delas advindos.

Tais modos são também pertinentes a lugares específicos, embora haja a troca constante de saberes, a hibridação cultural – entendida enquanto “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLLINI, 2008, p. XIX) – é o fruto deste rico e ininterrupto processo.

No que diz respeito ao campo do domínio dos objetos que viria de encontro a afirmação da história enquanto ciência humana, disciplina ordenadora de saberes; não se pode dizer que os objetos sobre os quais os historiadores lançam seus olhares se podem restringir a uma lista de opções meramente arrolada num estéril exercício de apreensão que jamais apreenderia de fato a totalidade e multiplicidade de objetos passíveis de tratamento; porém, também se há de deixar claro que, ao mesmo tempo que se pode negar esse tipo de restrição de objetos; podem-se delimitar tais fronteiras pela via da negação, de tal modo; ao passo que não se pode delimitar a totalidade dos objetos passíveis de observação e estudo historiográfico, pode-se dizer com um pouco mais de clareza o que *não diz respeito* a história, que objetos não lhes são pertinentes. Ora, se o *domínio de objetos* (Foucault, 2009, p.30) em outras disciplinas encontra seus limites na afirmação; para a história, acreditamos que, a negação constitui a fronteira que demarca tal domínio, tudo o que não for negado, em sua pertinência, pelo método, é passível de construção historiográfica.

Sendo, a própria historiografia passível de objetificação, propomos um estudo que enverede pelas escritas de historiadores, demarcando as fronteiras de nossa abordagem pelas vias, dos que trataram do período/processo de anexação da, então, Capitania Real da Paraíba á Capitania de Pernambuco, de modo que não serão nossas referências, mas nossas fontes diretas a respeito do assunto.

No que diz respeito ao que Foucault chama de *conjunto de métodos, jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos* (2009, p.30); considerando que, novas categorias e conceitos, inquietações e provocações são pensadas a todo instante, pode-se dizer que um mundo de descobertas e proposições surge das imbricações pelos caminhos de exploração do método.

Tendo em vista tais considerações, no nosso estudo dos estudos de história da Paraíba, nos deparamos com a necessidade de um modo de compreender sistematicamente o objeto estudado; para tanto, enquadramo-lo, por meio de uma abordagem do tema que levou em consideração o raciocínio de José D'Assunção Barros, quando trata dos *domínios, dimensões e abordagens* (2004) como métodos de referência no tratamento dos objetos da escrita.

Tendo as suas proposições como válidas e úteis ao presente estudo, incluímo-lo no conjunto de métodos de definição do mesmo, de delimitação dos caminhos pelos quais se perscrutou o objeto.

Concordamos com o autor no que diz respeito ao crescente processo de especialização dos saberes – não apenas historiográficos –, assim como reforçamos o seu argumento em favor da ideia de que tal especialização na produção de saberes não deve justificar o isolamento dos mesmos, pois “o esclarecimento do campo ou da combinação de campos em que se insere um estudo, não deve ter efeito paralisante, nem servir como pretexto para justificar omissões”. (BARROS, 2004, p. 17). Isso porque, no cotidiano das tramas sociais que alimentam o fazer historiográfico, as distinções operadas pelas diferentes técnicas de investigação não são tão visivelmente marcadas; quando não, se trata da total inexistência de fronteiras entre elas, estando fortemente imbricadas no complexo composto: Tempo-Espaço (BARROS, 2004, p. 15)

O que nos levou a utilização das categorias supracitadas (domínios, dimensões e abordagens) como “critérios distintivos que podem ser empregados para criar

subdivisões no interior do Campo Histórico”. (BARROS, 2004, p.211). Permitindo a proposição de novos enunciados (FOUCAULT, 2009, p. 30) construídos a partir da experimentação dos recortes disponibilizados pelo próprio campo do saber, testando a elasticidade de uma gama de possibilidades que constantemente dilatam e retraem os limites da disciplina historiográfica (FOUCAULT, 2009, p. 33).

Adotamos domínios, dimensões e abordagens que julgamos possibilitarem uma melhor compreensão do objeto em seu contexto. Portanto, enquanto *domínio*; aspecto mais variável entre os três elencados por Barros, sendo por ele caracterizado como “a parte mais móvel, mais flutuante, mais diversificada e intercambiante”. (BARROS, 2004, p. 186), optamos pela escrita de uma *história das representações* inscritas nas falas e discursos daqueles que expressaram, por meio de suas escritas, concepções para as categorias como: *território e fronteira* que; seja pela oficialidade da documentação produzida e emitida no campo das relações macro políticas de uma época (1755-1799) no que diz respeito a relação entre dois lugares (as, então, capitanias de Paraíba e Pernambuco); seja por meio de um outro tipo de oficialidade, a que credibiliza e autoriza falas produzidas a partir de lugares de saber (CERTEAU, 1982) legitimados por conjuntos de métodos ligados, neste caso, ao exercício da escrita de histórias paraibanas ao longo do século XX.

Tais falas transcendem as subjetividades pessoais de seus emissores, ao mesmo tempo em que delas fazem uso no exercício autoral, cujos resultados são aqui entendidos como produtos de uma articulação “com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural”. (CERTEAU, 1982, p.66).

De modo que as falas elencadas como objetos de investigação foram lidas levando-se em consideração os contextos nos quais foram produzidas, possíveis demandas a que atenderam, assim como os resultados e problemas aos quais deram vazão; sendo, por isso, consideradas como falas dotadas de poder criativo, transformador da realidade social por meio da explicitação consciente ou não de determinadas formas de representar as relações implicadas nas considerações (conceitos e categorias) aqui problematizadas.

Entrar no domínio das representações significa, também, enveredar pelos caminhos do *poder*; não um Poder, personalizado e distante, mas pensado enquanto *micro poderes* fragmentados, criados e expressos ao longo do cotidiano das relações

humanas, no caso específico, nas relações entre as elites paraibanas e pernambucanas e a Coroa portuguesa.

Tais poderes, contudo, serão vistos sob o prisma de atores envolvidos em outras tramas; que abrangem os jogos de interesses pessoais e acadêmicos; assim como a curiosidade, o trabalho, e a exploração das mais variadas técnicas de pesquisa, leitura e interpretação de uma documentação rica e, ao mesmo tempo, “escorregadia”, em seus múltiplos significados.

Do ponto de vista das *dimensões*, que constituem “macro-campos capazes de se desdobrar”. (BARROS, 2004, p.182) optamos pela abordagem político-cultural, considerando uma história cuja dimensão política é tão imbricada na vida cotidiana, que faz parte das mais diversas formas de expressão de quem a exerce, e todos, conscientemente ou não, participam de tal exercício, enquanto construtores de novas formas de articulação com o meio social em todos os níveis de abrangência de suas ações.

De modo que, no cotidiano das relações de poder possíveis por meio do complexo cultural humano, o exercício da política pode ser considerado como algo corriqueiro, portanto, quase invisível aos olhos descuidados, e por isso mesmo, interessantíssimo e extremamente provocador; na medida em que uma investigação das relações de poder expressas por meio das representações (CHARTIER, 2002) emitidas por personagens que também escreveram a história é um exercício importante para a compreensão dos caminhos tomados pela historiografia paraibana, assim como para a elaboração de perspectivas para as futuras escritas, para a construção de novos métodos, abordagens e problematizações.

No que diz respeito a via cultural, consideramos, com Barros (2004, p,57), que “toda a vida cotidiana está inquestionavelmente mergulhada no mundo da cultura”, e vamos mais adiante ao considerar as culturas como produtos, ferramentas/meios e processos sociais, perpassando todos os aspectos da vida, deixando-se mostrar sutilmente nas produções cujo direcionamento explícito (ou público-alvo) nem sempre o pretende; o que é o caso de algumas das obras aqui analisadas.

Quanto a *abordagem*, acreditamos que nossa empreitada se trata; no que diz respeito ao tipo das fontes, de uma história do discurso, entendido enquanto parte

constituente do universo das representações, assim como, enquanto agente modificador das mesmas, num movimento dinâmico, por meio do qual os próprios discursos também se modificam, através, principalmente, das relações extremamente íntimas entre práticas e linguagens, entre as palavras e as coisas, entre objetos, fenômenos e seus referentes.

Em relação ao campo de observação, de uma história regional, levando em consideração que o aspecto *regional* diz respeito, muito mais, a um lugar de produção do que a um recorte com pretensões de isolamento desta. Tendo em vista os diálogos que mantêm com outras produções, nacionais e estrangeiras, sofrendo e exercendo influências direta e indiretamente.

No exercício de uma análise das representações historiográficas a cerca de um período – o século XVIII –, efetivadas por um determinado grupo observado, a saber: os historiadores paraibanos; no âmbito das relações de poder nas quais estiveram inseridos ao longo do século XX; a escrita aqui praticada passa pelos macro campos de uma análise da produção regional.

Quando falamos de uma história regional, estamos, portanto, referenciando muito mais um recorte que diz respeito a origem direta das fontes elencadas para a análise que aqui se apresenta. Não deixando de considerar a região como região/local de produção de determinadas escritas, e, portanto, como parte constituinte dela, mesmo que sutilmente visível nas obras aqui analisadas.

A problemática central deste trabalho gira em torno de três questões a partir das quais se pretende e constituir *um corpus de proposições consideradas verdadeiras* (FOUCAULT, 2009, p.30), ou, como preferimos considerar, passíveis de verossimilhança, isto é, próximas da verdade, tendo em vista que esta não é uma e nem perene. A saber: Que representações a respeito do período da anexação da Paraíba a Pernambuco, a historiografia paraibana do século XX tornou possíveis?; Como tais representações falam a do reconhecimento dos lugares de saber de autores que, quando não paraibanos, passaram parte significativa de suas vidas dedicando-se ao trabalho de desbravamento das fronteiras historiográficas deste território? E; Podem-se detectar que ideias a respeito dos conceitos de *território* e *fronteira*, nos textos e obras analisados?

Entre leituras e constatações, levantamos as seguintes hipóteses em torno das problemáticas anteriormente referenciadas: Estando inserida num contexto intelectual

para o qual; num primeiro momento (limiar do século XX), ainda reinam as narrativas lineares com base na investigação de verdades que, quando não generalizantes, se apresentam fundadas apenas nos aspectos e documentos oficiais (leia-se: produzidos no âmbito do que diz respeito a administração colonial) da vida colonial; ao passo que posteriormente vive a experimentação de novas possibilidades promovidas por uma dilatação do campo historiográfico (que vai desde as abordagens economicistas, passando por influências marxianas e alcançando campos como o dos estudos culturais e mesmo micro-históricos); a historiografia paraibana a respeito do período da anexação viveu uma enorme diversificação dos meios de exploração das fontes, tendo sido (tal período) o objeto mais profícuo até então explorado, possibilitando uma rica fonte de análise das representações por meio dela expressas.

Defendemos ainda a hipótese segundo a qual o estado paraibano tenha se tornado lugar de pertencimento dos autores que vêm de outros territórios, a exemplo de Rosa Maria Godoy Silveira e Josemir Camilo de Melo (paulista e pernambucano), assim como já o foi (e, em alguns casos, é) objeto do sentido de pertencimento, reconhecido por meio das falas e ideias expressas nos textos acadêmicos, propositalmente ou não.

Por último, acreditamos que os resultados a respeito da terceira parte do problema proposto, podem nos levar a uma infinidade de representações para as considerações a respeito dos territórios e fronteiras atribuídos pelos autores a Pernambuco e à Paraíba.

Tendo como objetivos: Analisar o processo de anexação da Paraíba através das malhas do poder colonial, por meio da historiografia paraibana do século XX; identificar quais são as representações que possibilitam o reconhecimento dos lugares de saber dos autores, paraibanos ou não, que se dedicam ao trabalho do desbravamento de fronteiras historiográficas; e, estabelecer considerações a respeito dos territórios e fronteiras atribuídos pelos autores a Pernambuco e Paraíba.

Acreditamos ainda que uma investigação a respeito de categorias como estas contribui não apenas para a interlocução da história com o campo geográfico, mas, e principalmente, para a compreensão de que tais campos (histórico e geográfico), embora constituam disciplinas separadas, isto é, conjuntos de saberes, legitimados e ordenados de modo a proporcionar uma melhor abordagem de objetos pertinentes à ação humana no tempo e no espaço; podem muito bem, coexistir, neste caso, enquanto métodos de

abordagem para a pesquisa e escrita de histórias e geografias provocadoras de estímulos múltiplos a sensibilidade dos seus leitores, assim como atentas aos momentos nos quais considerações escritas caracterizam ideias e conceitos postos a serviço da realização de um verdadeiro diálogo entre tempo e espaço.

Para tanto elencamos autores cujas contribuições escritas para a construção da história da anexação do território paraibano se deram primordialmente ao longo do século XX, estando entre eles: Elza Regis de Oliveira, cuja obra, *A Paraíba na Crise do Século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)* (2007), inteiramente dedicada a temática da anexação, é um dos eixos centrais do nosso trabalho de análise, por sua importância para os estudos deste período da história paraibana, assim como pela significativa contribuição da autora no decurso do pensamento a respeito de uma escrita da história paraibana; Regina Célia Gonçalves, responsável por notáveis trabalhos a respeito das relações mantidas entre as elites na Paraíba ao longo dos séculos XVI e XVII; Mozart Vergetti de Menezes, com seus estudos a respeito da esfera administrativa da capitania da Parahyba no período que vai de 1647 a 1755; Rosa Maria Godoy Silveira, que, tendo participado de projetos como o *Resgate “Barão do Rio Branco” - Documentos Manuscritos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa*, no qual, teve a oportunidade de elencar e estudar uma vasta documentação a respeito do recorte temporal aqui delimitado, produziu uma série de trabalhos a respeito da formação da elite paraibana no período colonial; e, José Octávio de Arruda Mello (2013), cujo poder de síntese e erudição são amplamente conhecidos pelos historiadores paraibanos, assim como apresenta uma abordagem direta e enxuta da temática da anexação.

Não deixando de lado ricas contribuições como as de, Irineu Ferreira Pinto, que no seu, *Notas Para a História da Paraíba* (1977), não apenas referencia uma rica gama de fontes disponíveis para a pesquisa e escrita de histórias da Paraíba; como também é uma importante fonte para o estudo da historiografia paraibana no limiar do século XX. E Horácio de Almeida, que por meio de *História da Paraíba* (publicado em dois volumes no ano de 1978) promove uma verdadeira incursão ao longo da história deste território, indo desde uma descrição de seus aspectos físicos e geográficos, passando pela história das sucessivas expedições de conquista do mesmo, assim como pelas inúmeras batalhas vividas por seu povo, estando entre elas a que diz respeito ao

processo de anexação e de reconquista da autonomia em relação à capitania de Pernambuco.

Lançando mão de tais recursos, o presente estudo organiza-se em três tópicos, através dos quais procuramos problematizar as leituras feitas, além de levantar hipóteses a respeito das escritas analisadas, com base nos problemas e hipóteses anteriormente referenciados, no que se refere aos conceitos e abordagens por seus autores elencados para trabalhar a temática da anexação. De modo que nosso texto está disposto da seguinte forma:

1. Raízes para a anexação: uma investigação das causas. No qual elencamos uma série de causas para a anexação, atribuídas pelos autores analisados, procurando dialogar com seus estilos, influências e momentos de escrita.

2. Anexação: territórios e fronteiras. No qual procuramos detectar as considerações dos autores analisados a respeito das noções supracitadas. Os problemas que elas representam e mesmo se são assim apresentadas.

3. Anexação e “liberdade”: escritas de um processo. No qual procuramos investigar como os acontecimentos de anexação e desanexação são lidos pelos autores analisados, por meio de dois tópicos intitulados: **Argumentos para uma alforria, e; Uma liberdade mediada.** Nos quais também lançamos mão da leitura de escritos produzidos por autores não paraibanos, como: Josemir Camilo de Melo (2012), pernambucano cuja contribuição para a historiografia paraibana há muito o define como clássico indispensável; e, Fábio Santiago Santa Cruz (2002), cujo trabalho versa sobre a relação de influência pernambucana sobre a Paraíba, passando pela anexação de uma a outra, como a parte mais afirmativa do processo de exercício, ou de *tráfico* – como afirma Regina Célia Gonçalves (2007, p.46) – da referida influência.

Por considerarmos que as leituras de tais autores, aqui apresentadas, contribuam para a ampliação do campo de possibilidades de escritas para esta história.

Acreditamos que uma leitura disposta de tal modo, possa contribuir para a ampliação das perspectivas de uma história cuja escrita pode ser ainda explorada de diversos modos.

1. Raízes para a anexação: uma investigação das causas

A Paraíba nasceu sob o signo de luta que se transformou em resistência e vida. (MELLO, 2013, p. 25)

A história da Paraíba é permeada por relatos de conflitos, desde a conquista do território que fez parte da capitania de Itamaracá até a dominação dos gentios cujas ações “perturbaram” por muito tempo os colonos das capitanias vizinhas, principalmente Pernambuco (GURJÃO, 2001).

No centro destes conflitos, inúmeras causas, entre as quais estão as que dizem respeito às fronteiras e territórios, cujos limites encerravam riquezas que iam desde o pau-brasil até as terras de onde brotou em ramos a cana de açúcar, para a fabricação do precioso cristal da terra; um território físico, outrora tão desejado, porém tão bravo.

Se a estreita faixa territorial pertencente à Itamaracá abrigava diferentes povos em conflito entre si e com os colonos das capitanias vizinhas, o alargamento de suas fronteiras e a denominação *Parahyba*, não minimizariam nem um pouco as disputas territoriais que se agitavam nas fronteiras litorâneas, que abrigavam, do lado “não colonizado”, estrangeiros extratores de madeira em acordos com os nativos, e do outro lado, grandes casas senhoriais produtoras de açúcar, o ouro doce que fluía da colônia para a nação portuguesa no além mar.

Neste período, a posse e o controle das terras férteis da colônia eram cruciais para a manutenção do poderio econômico e do controle político de Portugal sobre o Brasil.

Sob as muitas queixas pernambucanas, o governo português estabeleceu no território que chamou de Parahyba, um governo diretamente submetido a Coroa, transformando este território em Capitania Real.

Não sem luta (e principalmente contra os nativos), Portugal passou a exercer novos papéis na disputa por legitimação do domínio territorial, tomando para si não apenas os territórios visíveis, como também os discursivos, estabelecendo fronteiras e

demarcando limites políticos, a partir dos quais as trocas comerciais e culturais puderam ser mediadas.

Nossa incursão historiográfica, diz respeito, contudo, a outro período, um pouco mais adiante no tempo, porém não menos problemático e conflituoso.

Passada a fase de conquista e consolidação do território, por meio do povoamento, há que se memorar alguns dos eventos que levariam a anexação da Paraíba a Pernambuco. Neste sentido, optamos pela abordagem das leituras feitas pelos autores elencados, direcionando o nosso foco para os recortes feitos por eles em função do ordenamento das escritas praticadas. Procurando investigar, por meio dos conteúdos que nos informam, as seleções por eles feitas; as hierarquias construídas em função dos caminhos tomados por cada escrita.

Na introdução da primeira edição de seu livro: *A Paraíba na Crise do Século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)*, Elza Regis de Oliveira afirma que “analisamos a problemática paraibana ao longo do século XVIII, buscando, no século XVII, elementos para compreendermos a longa dependência da Paraíba a Pernambuco”. (2007, p.17), apresentando a hipótese de que as causas da dependência da Paraíba a Pernambuco lançam raízes não apenas no século XVII, como numa conjuntura muito maior, a conjuntura europeia que remonta ao século XVI, o que justifica por meio da afirmação de que “não há sentido em se dissociar o Brasil e a Paraíba da problemática europeia”. (2007, p. 18), de modo que não só considera obrigatório, como faz o que chama de *reco* (2007, p.18) aos séculos XVI e XVII, considerando uma conjuntura ampla, que pode remeter a um estudo perpassado pela leitura de obras cujos recortes temporais prioritários constituíram a *longa duração*.

Neste sentido, podem ser citadas as seguintes obras, entre as que a autora atribui significado para a sua pesquisa: *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*, de Capistrano de Abreu, e cujo recorte temporal que abrange quatro séculos de história do Brasil não constitui sozinho a visão conjuntural de que falamos, sendo delimitado por recortes culturais e étnicos bastante diversos e por vezes divergentes, por meio dos quais o autor tentou tratar da formação da sociedade brasileira, lançando mão da descrição de aspectos que passam pela geografia do país, pelas “histórias que precederam e culminaram na” história da construção do Brasil colonial, assim como por todo o processo de colonização, divisão e administração territorial até o século XIX; *História*

da Paraíba, de Horácio de Almeida, obra que representa em dois tomos a ambição de uma síntese informativa que contemple, na longa duração, toda a história de um recorte territorial, lançando mão de fontes e do estudo das mais variadas versões da história da Paraíba; *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, que abrange três séculos de história econômica do país, indo da economia colonial da grande lavoura, passando pela pecuária que se desenvolveu no interior até o estudo da economia escravocrata, representando, ao lado de outras obras de cunho econômico, uma importante fonte para *A Paraíba na Crise do Século XVIII*, no qual se nota uma forte influência dos estudos de história econômica.

Sendo, todas as obras supracitadas, herdeiras de um ponto de vista com intenções abrangentes, culturalmente marcadas por uma historiografia europeia de pretensões totalizantes, que se foi moldando, e poder-se-ia dizer, “abrandando”, ao longo do tempo, se dissolvendo ou sofrendo as fraturas que a fragmentariam e ampliariam, que a levariam a sucessivas crises transformadoras.

O leitor d’*A Paraíba na Crise do Século XVIII* há que se perguntar, porque, então, em pleno século XXI, um livro reeditado, mantém este tipo de característica original e não apresenta outras possibilidades de diálogo com a historiografia, ao passo que apresenta uma leitura enriquecida por uma documentação quase inédita? Estaria muito enraizado numa formação inicial voltada para os problemas de uma história enquanto disciplina que se atribuísse o papel de descobrir o funcionamento das estruturas sociais no tempo?

Se tratando de uma obra que considera a longa duração, a autora elenca fatores que tratam de buscar outros tempos e lugares que de alguma forma estiveram ligados ao que considera ter sido uma crise conjuntural das nações ibéricas, que teria levado a crise no espaço colonial brasileiro, que, por sua vez, segundo a autora, fora muito mais intensamente vivida pelas capitâneas do norte e nordeste, tendo como consequência a anexação não só da Capitania Real da Parahyba, como de outras à Capitania de Pernambuco, com todas as suas implicações, que vão dos problemas políticos aos econômicos e estruturais.

Outros autores, tratam também de motivos para a anexação, elencando causas que perpassam tempos e territórios, representadas em recortes, sequências, continuidades e descontinuidades, localidades e globalidades.

Neste sentido, podem ser citados autores como Rosa Maria Godoy Silveira (1999), para quem a anexação seria parte de uma ação política, cujo objetivo fora o de restaurar a estrutura econômica portuguesa, por meio do processo de racionalização do aparelho administrativo. Segundo a autora, “Com a ascensão de D. José I ao trono e a nomeação de Pombal como ministro, buscou-se conferir maior racionalidade ao sistema econômico metropolitano, aí incluído o seu subsistema colonial”. (SILVEIRA, 1999, p.31).

Nota-se que não é do interesse do recorte feito por Silveira, a maneira *conjuntural*, por meio da qual Oliveira trata do tema, assim como o tratamento da *estrutura* administrativa, para a qual esta última atribui a racionalização do aparelho administrativo português promovida por Pombal, o papel de ação remediadora dos problemas acumulados ao longo dos anos por uma estrutura administrativa anterior de caráter arcaico (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

Sob a égide pombaliana, Silveira afirma, uma política de proteção do estado português materializou-se na colônia americana mediante a criação de órgãos fiscais e administrativos, locais, sob maior rigor na arrecadação de impostos, assim como, na cobrança e execução das dívidas; além da implantação de companhias de comércio, tendo como finalidade o aumento do fluxo mercantil entre a metrópole portuguesa e sua colônia (SILVEIRA, 1999, p.32).

Do ponto de vista das motivações/causas para a anexação Silveira chega a citar a crise econômica portuguesa, e, embora seja clara a referência aos estudos de Oliveira, ela os toma principalmente do ponto de vista político. Reservando para o período da anexação, um tópico, um momento na história paraibana, que, como tantos outros, fora marcado pela atuação política, assim como por uma maior intensidade no fluxo de produção de documentação oficial.

Ao passo que Oliveira cita fatores que vão desde a perda de espaço sofrida pelo comércio português no oriente no século XVI (OLIVEIRA, 2007, p. 31), o que teria levado a emergência pela exploração mais sistemática dos seus domínios nas Américas; passando pela escassez na produção nacional de cereais (OLIVEIRA, 2007, p.32), que, segundo a autora, provocou o aumento no movimento de importação dos mesmos; assim como por uma “falta de modernização da economia ibérica”, que a autora explica e expande, afirmando que: “nos meados do século XVI, Portugal continua com a mesma

estrutura arcaizante, sem perspectiva de modernização” (*idem, ibidem*, p.34), estando, tal estrutura, arraigada em quase todos os setores da península ibérica, como afirma a autora: “O problema da ‘mentalidade das classes dirigentes’, voltada para formas arcaizantes, foi outro fator negativo. Observa-se, na estrutura social ibérica, a predominância de certos valores da aristocracia, que condenam o trabalho”. (*idem, ibidem*, p.40), o que representa o peso de um fator cultural que teria sido provável agente deflagrador da crise na produção ibérica, levando a consequências no além-mar; a autora completa ainda o argumento de que a crise portuguesa tenha sido estrutural, com a seguinte afirmação:

É preciso deixar claro que, enquanto a Inglaterra e a França caminharam no sentido de industrialização, Portugal não acompanhou os ritmos da expansão europeia e passou, em 1660, por uma das maiores crises de sua história, crise estrutural e não conjuntural, por afetar toda a estrutura em que se fundamentou a sua economia. (*idem, ibidem*, p.59)

Por meio da qual pode-se notar que a análise conjuntural promovida pela autora, levou a considerações não generalizantes, tendo em vista que não apenas deixa claro, como demonstra, por meio de falas como a supracitada, as diferenças entre conjuntura e estrutura, na medida em que a primeira diz respeito ao tipo de análise aplicado à pesquisa, e a segunda diz respeito aos resultados da pesquisa a respeito do objeto estudado, em outras palavras, ao que as fontes têm a dizer a respeito do objeto.

Sob o aspecto da relação estabelecida entre o tipo de análise e o objeto a ela submetido por meio dos rastros deixados na documentação (GINZBURG, 1989). A variação de resultados produzidos, no que diz respeito aos fatores aos quais se atribui a anexação, pode ser representada pelos estudos de autores entre os quais; Horácio de Almeida, para quem, além da guerra feita contra os holandeses em território pernambucano, a peste esteve entre os motivos que provocaram o sucateamento da produção paraibana ainda no século XVII (Vol. II, 1978, p.13), além de um enorme número de mortes ocorridas num curto espaço de tempo, tendo consequências ao longo dos anos posteriores; Almeida, clássico da historiografia paraibana, fundamentado sua fala, neste caso, em documentação que também compõe um conjunto oficial, cuja leitura e transcrição atribui a Antônio de Santa Maria Jaboaão, que viveu entre os séculos XVII e XVIII, e cuja obra teria sido publicada apenas em 1858 no Brasil,

podendo ser considerada, em si, como mais um documento a ser desbravado, desta vez como fonte, não apenas como referência.

Além da peste, Almeida cita a guerra feita aos holandeses como tendo consequências não apenas imediatamente ligadas ao território paraibano, de modo que a Paraíba foi também espoliada em seus recursos financeiros pela nação que ajudara a sobrepujar;

Ora, a Holanda, vencida no Brasil, virou suas armas contra Portugal. Ou receberia uma indenização de guerra ou investiria sobre a metrópole portuguesa com os navios que bloqueavam o porto de Lisboa. Portugal capitulou, como uma nação rendida. A indenização que se obrigou a pagar houve por bem partilhar entre as capitanias devastadas. As que ganharam a guerra acabaram pagando caro por essa tremenda aventura. (ALMEIDA, 1978, p.14)

Contudo, Almeida trata ainda de outros fatores, entre os quais, estão as longas secas que assolaram o território e as devastadoras cheias do rio Paraíba, que levavam consigo, gente, gado e produção (ALMEIDA, 1978, p. 74); além dos abusos fiscais pernambucanos que “arrecadava o que por direito pertencia à Paraíba, utilizando como seu esse proveito” (*idem, ibidem*, p. 74), e, ainda segundo o autor: “Não devolvia o dinheiro porque tinha o plano de levar a Capitania vizinha à exaustão para anexá-la ao seu território”. (*idem, ibidem*, p. 74), estando, portanto, sob a ótica do autor, a capitania paraibana, irremediavelmente envolta por tramas traçadas por poderes políticos (além dos acasos naturais aos quais sucumbiu) cujos atores objetivavam a anexação territorial da mesma.

Falas de Almeida como as acima citadas, podem ser lidas como promotoras de um verdadeiro antagonismo entre os personagens envolvidos, o que certamente contribuiu, não apenas entre seus contemporâneos como nas leituras do episódio feitas por autores que a ele se seguiram, para uma interpretação permanentemente antagônica, do caso, chegando a constituir uma espécie de identidade da qual os historiadores, enquanto escritores, lançam mão no momento de colocar no papel os estudos a respeito de documentos do período.

No campo das causas elencadas para a anexação, podem ser citadas ainda, como fatores que levaram à crise paraibana, a

(...) falta de controle nos gastos públicos e também no que diz respeito aos da Corte. Gasta-se sem medidas – o que indica desequilíbrio nas finanças públicas, vez que, mesmo durante a fase de prosperidade de D. João V, têm-se notícias da falta de dinheiro, de déficit e de atrasos de pagamentos. (OLIVEIRA, 2007, p.63)

Que figuraria entre os hábitos arcaicos das elites portuguesas, além dos que diziam respeito à má administração das colônias sob seu domínio, a respeito do que, a autora afirma: “O funcionamento da administração metropolitana comportava falhas, evidentemente, em se tratando das extensas áreas sob seu domínio” (OLIVEIRA, 2007, p. 63). De modo que, além dos fatores do descontrole da produção interna de gêneros agrícolas, e da má administração das finanças, Portugal acumulou ainda a responsabilidade pela má administração do imenso território de suas colônias, africanas e americanas, o que muito provavelmente repercutiu na produção e distribuição dos seus bens na forma de exportações.

O que nos leva a pensar nos aspectos da crise ao nível das relações entre Brasil e Portugal, constando como principal causa para a crise, a perigosa dependência da metrópole portuguesa em relação à produção brasileira (OLIVEIRA, 2007, p. 55), cujo produto principal era o açúcar, que para ela, “assegurou para Portugal, antes da mineração do ouro, a quase totalidade de suas exportações, permitindo um melhor equilíbrio de sua balança comercial” (*idem, ibidem*, p. 57), sendo o fator de maior impacto negativo a queda de sua produção, ao que a autora afirma que “Na primeira metade o século XVIII, as exportações do açúcar eram ainda consideráveis, embora, já em 1760, se evidencie uma crise com a diminuição das exportações” (*idem, ibidem*, p. 57), tendo chegado, a capitania paraibana, a não produzir absolutamente nenhum açúcar no início do século, estando, portanto, a deriva do resto da produção colonial, como relata: “No ano de 1725, não se fez nos engenhos da Capitania nenhuma caixa de açúcar, fato que mostra quanto diminuída estava a produção na primeira metade do século XVIII”. (*idem, ibidem*, p. 91).

Contudo, a dependência portuguesa em relação ao Brasil tornara-se tão forte que a autora chega a firmar a esse respeito, que:

A crise econômica do Brasil afetou profundamente a vida da metrópole, visto que ‘Portugal no século XVIII constitui um todo econômico inseparável do Brasil’, como afirma Borges de Macedo. A crise na Colônia significou crise na Metrópole.

Isto se deve a dependência de Portugal ao seu comércio externo e à permanência das formas arcaizantes de sua economia. Sem açúcar, sem ouro e sem diamantes, Portugal empobreceu, sobrevivendo a crise financeira do Estado. (OLIVEIRA, 2007, p.65)

Tal dependência extrema podendo figurar entre os fatores que provocaram a crise que levou a anexação da capitania da Paraíba a de Pernambuco, sob o aspecto de agravante de uma situação, que a nível local, isto é, nas capitanias, já necessitava de medidas de remediação urgente.

A respeito da dependência portuguesa, pode-se dizer que foi ainda mais agravada pela catástrofe que afetou o país em 1755, o terremoto que praticamente levou a cidade de Lisboa abaixo e que resultou na saída de um enorme montante de recursos das colônias em função da reconstrução da capital portuguesa, custou muito caro à Paraíba, quase tanto quanto lhe custaram os fatores internos que também teriam contribuído para a anexação a Pernambuco (OLIVEIRA, 2007, p.72).

Acompanhando a análise de Oliveira, chegamos ao nível local; de modo que para ela o diagnóstico é o de que a crise do século XVIII é de longa duração, lançando raízes em 1654, com a participação paraibana no processo de expulsão dos holandeses do território pernambucano, o que confirma por meio do argumento de que parte da documentação por ela consultada é muito clara a esse respeito, segundo qual:

A Paraíba não apenas sofreu com a guerra holandesa, mas também quase foi arrasada, tal era o estado de calamidade a que chegou. A este respeito, a documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa é bem expressiva e as queixas dos moradores da capitania ao Rei são tão frequentes, que bem se pode avaliar hoje a miséria e a ruína que conheceu e sofreu. (OLIVEIRA, 2007, p.82)

Argumento válido. Porém, parafraseando Ginzburg, (1989, p. 146), para quem: “a personalidade deve ser procurada onde o esforço pessoal é menos intenso” (...) os nossos pequenos gestos inconscientes revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal, cuidadosamente preparada por nós”. Somos levados a pensar no trecho acima – assim como em todas as leituras feitas para a composição do presente estudo – segundo a dinâmica do questionamento dos detalhes da escrita.

No que diz respeito, neste caso, ao uso da documentação, a autora lançou mão de um rico acervo documental, citado ao longo do texto e referenciado ao final de cada capítulo. Não tendo optado, contudo, por uma abordagem mais profunda do que a mera referência quase estatística, quase como mera constatação, dos fatos relatados pela documentação. Poderia a autora ter lido tais conjuntos documentais assim como leu a história que conta em sua obra? Enquanto conjuntura? Para a qual não importam muito os indivíduos ou conjuntos isolados, a não ser, neste caso, para a comprovação do fato narrado por meio da recorrência frequente de referências da época a ele, como fica evidente no trecho supracitado.

Poderiam fazer parte dos traços de uma personalidade escrita que transcende o método, representações de um povo mantido no anonimato de uma constatação, como massa que flui com os movimentos da corrente temporal.

Assim como a preocupação e cuidado com a demonstração da grande estrutura conjuntural na qual estaria imerso um momento histórico poderia ser comparada ao “esforço mais intenso” promotor de um determinado modo de ler a história; a constatação de que o povo paraibano também sentia os efeitos de uma guerra recém-vivida, porém sem entrar em mais detalhes, que poderiam ser importantes para a construção de uma imagem do território que aproximasse o leitor da verossimilhança, poderia ser comparada ao momento da escrita no qual o esforço pessoal nos parece “menos intenso”. Como se a autora houvesse alcançado um momento de relativo conforto no processo de concepção da obra.

De modo que assuntos como as calamidades de ordem natural que afligiram o território paraibano e que são relativamente bem documentadas – tanto que no início do século XX, Irineu Ferreira Pinto, tendo empreendido uma investigação documental nos arquivos públicos paraibanos, relata não apenas a frequência, como também o teor das narrativas documentais a respeito de tais catástrofes naturais (OLIVEIRA, 2007, p. 123 e 127), e, tendo em vista que seu objetivo claro foi o de reunir o maior número de documentação possível (PINTO, 1977), não nos parecem ser de pouca importância aos produtores da documentação por ele lida em terras paraibanas, tais calamidades naturais (PINTO, 1977, p. 122-123, 127, 148, 169 e 179), de modo, que num contexto local elas parecem ter sido mais intensamente sofridas do que as desgraças tributárias de que nos fala Oliveira – não parecem ter tido tanta influência sobre a escrita de Oliveira, como

sobre a de Almeida, por exemplo, que cita as epidemias e calamidades naturais de que trataram os relatos que chegaram às suas mãos no exercício da pesquisa.

Tendo como evidentes as diferenças entre as motivações que teriam levado a Paraíba à crise que desembocara na perda de sua autonomia financeira, assim como, tratado de alguns dos olhares que, tendo optado por diferenciados posicionamentos historiográficos e, a partir deles, feito recortes das informações documentais e referenciais para a construção de uma tal história que se afirme verdadeira e completa, pode-se constatar que mesmo tais escritas podem ser lidas como fontes, e não apenas como referências para a escrita de uma história da historiografia paraibana, na medida em que representam verdadeiras amostras de recortes historiográficos em voga em determinados períodos do século XX.

Portanto, não apenas citamos como procuramos dialogar com alguns dos diferentes resultados que podem ser obtidos por meio de outras leituras das mesmas fontes de modo que, enquanto a análise empreendida por Oliveira é direcionada para a investigação de estruturas entre as conjunturas que lê; a leitura de Silveira se direciona muito mais no sentido de uma breve análise das políticas estatais promovidas no período; Almeida, por sua vez, inclui os fatos que envolveram a anexação em meio aos dois volumes nos quais pretende dar conta, de modo sintético, da história da Paraíba. Não sendo estas, de modo algum, as únicas vias de análise a que um conjunto documental pode ser submetido.

Uma investigação a respeito dos olhares que lançam sobre aspectos abordados a seguir, representa um pequeno esforço por entender as representações de alguns autores, no tocante as dimensões, territórios e fronteiras dos lugares envolvidos na história aqui contada, que, uma vez tão distantes como dois mundos, quando da chegada dos primeiros europeus ao continente, passaram a se tornar tão próximas e, em alguns casos, indistintas como que estando lado a lado, ao passo que tal distanciamento e aproximação não se dão pacificamente e sem resistência.

2. Anexação: territórios e fronteiras

Ao produzir histórias a partir das memórias contidas nos documentos, o historiador faz escolhas, não apenas conceituais ou técnicas, como também, e

principalmente, no tocante aos conteúdos extraídos das memórias registradas na documentação.

Dar voz a certos aspectos de um fato documentado é também silenciar outros. Contudo, os objetos do silenciamento transparecem em meio às vozes que dão vazão ao tratamento dos problemas em torno do objeto central de uma pesquisa.

O objetos que aqui falamos, mesmo que se lhes tenha relegado o silêncio, dizem respeito aos territórios e fronteiras envolvidos nas tramas da anexação.

Acreditamos que, em meio às fronteiras erguidas no plano das escritas de que aqui se fala, e que, como afirma Chartier, constituem: “a ou as maneiras como, em um determinado momento, os historiadores recortam este território imenso e indeciso e tratam as unidades de observação assim constituídas”. (2002, p. 25) fundadas nos recortes feitos no interior de um campo historiográfico cujas fronteiras estão cada vez mais difusas. Existem determinadas fronteiras, que, por não serem objetos centrais das produções que aqui figuram, transparecem ao longo dos textos. Algumas, dentre elas, situam-se, para nós, na centralidade do problema da anexação.

Nos referindo as fronteiras territoriais da colônia e das relações nas quais estavam envolvidas, por meio, principalmente, das tramas políticas documentadas pelos autores aqui analisados, pudemos constatar que enquanto autores como, Horácio de Almeida e José Octávio de Arruda Mello incluem uma abordagem de tal assunto desde os inícios das gêneses das histórias paraibanas por eles promovidas, informando aos leitores que “os limites da Paraíba, depois de separadas de Itamaracá iam do rio Abiaí à Baía da Traição”. (ALMEIDA, 1978, Vol. 1, p. 54), e que, “o fato de a Paraíba haver sido criada como capitania real demonstra, de um lado, a repercussão dos acontecimentos de Tracunhaém, e, de outro, a importância concedida pela Coroa portuguesa a sua ocupação”. (MELLO, 2013, p. 26), tratando de delimitar não apenas os limites territoriais da capitania paraibana como de abordar a importância do controle de tal território para a metrópole, de modo que os territórios e fronteiras paraibanos figuram como uma descrição do objeto, por ambos estudado.

Ao mesmo tempo em que, a nós, cabe ressaltar a importância de tais observações, advindas de uma herança historiográfica que repousa talvez em obras como a de Francisco Adolfo de Varnhagen, que na “Secção I” da segunda edição de

seu: *História Geral do Brasil*; descreve, no assunto: “Nome de Brazil. Extensão. Paragem Central. Formações geognósticas” (1877, p. 03), entre outros temas relativos a descrições do território brasileiro, sua paisagem, fauna, flora e aspectos climáticos; seguindo a risca os rumos da produção europeia de seu tempo.

Tal herança pode ser notada em Almeida e Mello, justamente por estarem, as descrições territoriais da Paraíba, em seus trabalhos, entre as falas iniciais, quase como introduções ao objeto abordado, do que se pode depreender a importância dada a uma ideia de descrição completa do mesmo. Contudo, elas estão também visíveis em meio ao tratamento que os autores dão a temática da anexação, na medida em que podem ser encontradas falas como: “Por pressão econômica foi a Paraíba anexada a Pernambuco. O decreto de anexação fala em extinção da Capitania, mas tal coisa não se objetivou”. (ALMEIDA, 1978, p. 79), na qual o autor aborda a pretensão não alcançada de uma dissolução da Paraíba e de seus habitantes entre Pernambuco e os pernambucanos. Atestando, logo em seguida, que houve quem lutasse pela afirmação de um território paraibano separado, fora do julgo pernambucano, não citando, se as fontes memoravam ou não a posição da população em relação a anexação.

O autor afirma também, que os limites territoriais paraibanos continuaram distintos (*idem, ibidem*, p. 79), e que as pretensões pernambucanas se concentravam “no acréscimo de suas rendas” (*idem, ibidem*, p. 79), de modo que, como a história por ele contada está disposta, não se pode esperar que os dirigentes pernambucanos estivessem afins de incorporar de fato a capitania vizinha, se não apenas como um território subordinado para fins exploratórios; fica clara a interpretação de que no sentido Paraíba-Pernambuco a leitura feita por Almeida, foi da existência de uma relação de resistência, e num movimento contrário, a relação territorial teria sido, de subordinação e espoliação da Paraíba. Nos deparamos, portanto, com territórios em confronto.

Outra noção de fronteira perpassa o texto de Elza Regis de Oliveira, e ela diz respeito a fronteiras tão móveis quanto possível, assim como problemáticas. Apesar de não trazer à tona a problemática das fronteiras como objeto central de sua obra, este elemento aparece de modo constante, seja na definição (não necessariamente territorial) das nações e colônias envolvidas nas tramas que traça em sua escrita, seja nas próprias tramas, que envolvem questões como as que dizem respeito aos domínios comerciais das nações europeias ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII.

Pode-se dizer que as fronteiras aparecem num primeiro momento na forma de lugares nos quais se deram os conflitos que levaram a crise do século XVIII, o leitor é apresentado às fronteiras europeias, de um modo geral, no capítulo I, intitulado: “A Conjuntura de Expansão Europeia” (OLIVEIRA, 2007, p.27), que, apesar de tratar a Europa como um grande bloco, cujas fronteiras se dirigem ao limiar do Oriente e das Américas, traça também uma relação fronteira entre a região da Península Ibérica e o resto do continente europeu.

Uma nova fronteira surge da conjuntura das relações econômicas de uma Europa quinhentista que, ao mesmo tempo em que vivia um período de expansão e disputa interna pela reivindicação de territórios estrangeiros, passava por uma série de mudanças advindas tanto das novas demandas das situações geradas pela expansão marítima, como das modificações técnicas, científicas e sociais que sofreram os impactos das modificações espaciais promovidas por tais disputas territoriais.

Considerando o primeiro parágrafo do capítulo supracitado:

De modo geral, costuma-se diagnosticar a conjuntura do século XVIII como de desenvolvimento e expansão, mas é somente a partir de 1740 – 1750 que se inicia a retomada da expansão na Europa, uma vez que a depressão do século XVII, assinalada com o declínio dos metais preciosos da América, em 1640, e com o das exportações do açúcar brasileiro, em 1650 – 1660, parece projetar-se na primeira metade do século XVIII. (OLIVEIRA, 2007, p. 27)

Pode-se afirmar que inicialmente a autora trata de uma conjuntura de “desenvolvimento e expansão”, evidentemente se referindo à Europa, os limites de sua primeira fronteira, que, no entanto, não dizia respeito apenas ao atual território europeu, mas tomava sob seu domínio a América aurífera e o Brasil canavieiro, que então produziam tais bens sob a jurisdição precária de uma Europa belicosa.

Nota-se também, pelo trecho acima, que as fronteiras de que se fala transparecem tenuamente ao longo da escrita, delimitando discreta, porém marcadamente lugares que ganham fixidez e mobilidade, rigidez e fragilidade, ao longo do tempo.

Deslocando seu olhar de uma Europa em constante expansão interna, no sentido do processo de mecanização dos setores de produção; e externa, no sentido da anexação

territorial de outras nações. A autora passa a tratar dos limites da relação Portugal-Brasil, e, portanto, das relações entre metrópole e colônia, entre centro e periferia, entre independente e dependente; trançando os fios de uma trama que, se num primeiro momento do texto nos apresenta um país dependente de suas colônias e das importações de outros países para o abastecimento de um mercado interno, “Como acentuara Jorge Borges de Macedo, ‘é na dualidade Portugal-Brasil que assenta todo o sistema econômico português do tempo’.”. (OLIVEIRA, 2007, p.55) e na tentativa de manutenção de um equilíbrio financeiro precário; no nível das relações com a colônia americana, mostra-se numa situação inversa, assumindo o papel de provedor de recursos para a manutenção de um território em crise – cujas necessidades iam desde a restauração das estruturas de produção do açúcar, passando pela manutenção das estruturas de segurança, como o forte, e de escoamento de produtos, como o porto; como afirma a autora:

Os documentos confirmam os pedidos de concessão para reedificação dos engenhos na Paraíba, na segunda metade do século XVII (...). Encontramos também pedidos feitos pelos senhores de engenhos e lavradores de canas para não serem executados por dívidas atrasadas, enquanto estiverem fabricando seus engenhos e cultivando suas lavouras. (OLIVEIRA, 2007, p.85)

Sendo, todos os pedidos, direcionados diretamente a coroa portuguesa.

Pode-se notar que se trata de territórios em crise, unidos pela necessidade mútua e cujas fronteiras traçadas apresentam múltiplos problemas:

Na colônia; delimitados pelos limites da relação entre capitânicas vizinhas, no caso Pernambuco e Paraíba, que viria a ser anexada a primeira, mesmo que a contragosto, e tentando a todo custo manter a diferença que assumia para com Pernambuco, como justificativa para o não-pertencimento aquela, de cujos estudos indicam que suas pretensões eram de fato expansionistas, como afirma a autora: “Tudo indica que houve desejo de expansão de Pernambuco sobre as ‘capitânicas do Norte’. E a Paraíba, pela contiguidade do seu território com o de Pernambuco, não deixava de ser cobiçada”. (p.95), afirmando ainda que “Conflitos de jurisdição ‘ se manifestaram em ambos os lados das fronteiras entre as capitânicas’, os quais se acentuaram com a subordinação de nossa Capitania à de Pernambuco”. (OLIVEIRA, 2007, p.95)

Na metrópole, império de além-mar; marcados pelos problemas de uma elite cujo estilo de vida oneroso não contribuía em nada para a manutenção de uma economia saudável (*idem, ibidem*, pp.34-35, 62) e cuja produção interna não era suficiente para abastecer as demandas locais, como justifica a autora: “A agricultura como principais produções o azeite e o vinho, tendo-se desenvolvido de tal forma os vinhedos em todo o país, que chegaram a prejudicar culturas, como a do trigo, tendo este de ser importado da Inglaterra, da França, da Alemanha e da Espanha” (*idem, ibidem*, p.55). Levando o país a depender de outras nações, seja por meio de acordos comerciais, seja por meio de empréstimos feitos a outras nações europeias, as quais rapidamente fecharam suas portas para Portugal, tendo entre os fatores e consequências elencadas pela autora: “‘O regime de transferência’, que se implantou tanto na Espanha como em Portugal, deixando parte considerável de suas riquezas em mãos de estrangeiros, trouxe a ruína financeira, o endividamento da Coroa e a crise monetária permanente”. (*idem, ibidem*, p.34).

Encontrando-se, tais fronteiras, extremamente marcadas entre Portugal e o resto da Europa, por uma verdadeira barreira que impedia a captação de recursos financeiros por parte da nação ibérica, ao mesmo tempo em que permitia a recepção de produtos advindos das suas colônias; e, numa relação inversamente proporcional; tênues, entre a nação portuguesa e sua colônia latino-americana, na medida em que as intervenções portuguesas nas capitânicas nordestinas ao longo dos séculos XVII e XVIII, foram muito mais intensas, tanto no sentido do auxílio português a produção local, que, no caso paraibano, havia sido afetada por uma série de calamidades, naturais e humanas, como no sentido de uma maior pressão pela extração da produção colonial (principalmente dos derivados da cana-de-açúcar).

No que diz respeito a Capitania da Paraíba, pode-se afirmar que seu território foi assolado por uma série de catástrofes, que vão desde as provocadas por força humana, por meio do uso de manobras como a que Menezes chama de *terra arrasada* (p.87, 2005); até as de ordem natural, como cheias e secas devastadoras das parcas populações locais. Atendo-se pouco a problemática dos limites e ao tratamento da questão territorial de modo físico, Menezes fala de conflitos sobre a posse de lugares de poder diretamente relacionados a administração da renda que alimentou, mesmo que parcamente, o território paraibano. Territórios administrativos, portanto, são os de que fala o autor, de

modo que as fronteiras transpareçam nos conflitos de jurisdição e de administração da fazenda real no período.

Entre tantos olhares, conscientes ou não, sobre os territórios envolvidos nas tramas da anexação, pode-se notar uma multiplicidade de considerações feitas pelos autores supracitados. O olhar sobre a materialidade e imaterialidade do espaço paraibano traz a tona a referência tomada pelos autores analisados, notadamente representada por suas posturas em relação às histórias que contam. De modo que, parecem estar todos “a favor” da Paraíba e dos paraibanos, apontando interesses pernambucanos que estariam a mover-se no sentido de minar as forças produtivas ou mesmo a capacidade de independência do povo Paraibano.

Não sendo possível, aqui, dar conta da probabilidade da existência de um mesmo antagonismo por parte de autores pernambucanos que tenham escrito também sobre o tema (da perspectiva de seu próprio território de pertencimento), por exemplo, ou mesmo, das leituras que tais autores teriam feito da mesma documentação. Resta sugerir e mesmo considerar como tema futuro, o problema dos embates acadêmicos nos quais se envolveram autores paraibanos e pernambucanos no século XX, de modo a analisar a existência de um diálogo entre tais produções e os posicionamentos tomados por estes múltiplos atores ao longo das tessituras da historiografia pernambucana.

3. Anexação e “liberdade”: escritas de um processo

3.1. Argumentos para uma alforria.

Entre as maiores referências documentais que dizem respeito ao processo de desanexação do território paraibano está a importante carta escrita por Fernando Delgado Freire de Castilho, remetida a metrópole, e cujo conteúdo informa a respeito das condições gerais da capitania paraibana, e argumenta a favor de sua separação da jurisdição pernambucana, tal é o significado deste documento para o processo de “alforria” que Irineu Ferreira Pinto decidiu pela transcrição íntegra do mesmo, (1977, p. 185-213); assim como Horácio de Almeida dedicou ao autor da carta e sua atuação junto ao governo uma seção inteira do capítulo VI de sua *História da Paraíba*, argumentando que

(...) o Capitão-mor Fernando Delgado de Castilho deu ciência ao governo de Portugal, em mais de uma exposição. Mostrou que a Paraíba submergia na inércia por força da subordinação a Pernambuco e para salvá-la da inanição sugeria a reconquista de sua independência, pois a desanexação, não somente levantaria as forças econômicas em prostração, como acarretaria aumento para a renda real. (ALMEIDA, 1978, p. 87-88).

No tocante a este assunto, Elza Regis de Oliveira concorda também com eles, afirmando que Freire de Castilho teria escrito uma “Memória” (2007, p. 106), dirigida a Coroa portuguesa, e de cujos elementos principais ela cita “o fato de que a anexação fora, em parte, decorrente da representação do Capitão-mor Antônio de Lemos de Brito” (OLIVEIRA, 2007, p. 106). Chegando a citar o trecho da referida Memória no qual Freire de Castilho trata do tema nos seguintes termos: “a sujeição da Paraíba ao governo de Pernambuco foi unicamente ocasionada por uma simples e pouco fundamentada representação do último governador independente. Lemos de Brito”. (*idem, ibidem*, p. 106).

Contudo, a autora dialoga com a documentação a esse respeito, com base em outros indícios, ela afirma:

A subordinação da Paraíba a Pernambuco resultou contudo, de uma consulta do Rei ao Conselho Ultramarino, na qual alegava os poucos meios aqui existentes para manter um governo autônomo. O parecer do Conselho não fora bem fundamentado, uma vez que não tivera real conhecimento da situação que levava a Paraíba a tal depauperação. (OLIVEIRA, 2007, p. 106-107)

Propondo mesmo uma outra interpretação para as causas diretas da anexação, que não a utilizada como argumento por Freire de Castilho.

Pode-se notar pelo tratamento concedido a esta fonte pelos autores supracitados, tal a importância da referida documentação, que não se fez dela uma mera leitura superficial para angariar fatos, mas, traçaram-se com ela diálogos de concordância e discordância em relação aos mesmos. Como se seu autor estivesse ainda vivo, e como, por meio de sua memória posta em termos tão decisivos para todo um território, se pudesse com ele ainda dialogar, mesmo que não tenha sido o único defensor da libertação paraibana do julgo pernambucano.

3.2. Uma liberdade mediada

Com ligações tão fortes, parecia que os rumos seguidos pela Paraíba estavam completamente determinados pela província de Pernambuco, mais particularmente por sua capital. (CRUZ, 2002, p. 166)

Mesmo entre autores não paraibanos, pode-se encontrar escritas de uma história que documente a presença clara da influência pernambucana sobre a Paraíba; como é o caso de Fábio Santiago Santa Cruz, cuja dissertação, intitulada *Irmãos e Rivais: resistências paraibanas à influência do Recife (1870-1889)*, (2002) trata dos aspectos de dependência que perduraram na relação entre os territórios paraibano e pernambucano após o fim do processo de desanexação.

Para Cruz, a Paraíba atravessou o século XIX sob a dependência de Pernambuco. Entre aspectos como o político e o educacional, para os quais ele demonstra que a dependência fora clara, de modo que políticos paraibanos, liberais e conservadores recorreram ao auxílio pernambucano em momentos como o do Quebra-

quilos; assim como estudantes paraibanos recorreram aos colégios do Recife, os únicos cujos exames valeriam para no processo de admissão na Faculdade de Direito do Recife, esvaziando o Liceu da capital de sua terra natal. O autor afirma que a dependência paraibana se estendia aos campos: da religião, cuja criação do bispado paraibano data de 1892 (p.158), estando até então, o catolicismo paraibano, submetido ao bispo de Olinda; e da circulação de informação, segundo o autor: “O serviço postal não ligava a província diretamente a nenhuma outra região do Brasil ou do exterior, pois as embarcações que transportavam a correspondência paraibana sempre faziam escala no porto do Recife”. (p. 159), de modo que, não apenas a correspondência oficial, como os jornais e notícias do resto do mundo, passavam primeiro por Pernambuco, para, só depois seguir para a Paraíba.

Tal dependência também é notada por Oliveira, que afirma que “muitas coisas que diziam respeito à Paraíba continuavam na dependência de Pernambuco, sendo ainda necessário mandar buscar lá as ordens reais para se regerem” (2007, p. 140), ao tratar do período imediatamente após a desanexação. Ao que se pode notar que a Paraíba teria continuado na “sombra” de Pernambuco durante muito tempo, e não apenas episodicamente, aspecto que constituiu, para autores como Cruz e Oliveira, parte importante da história dos descaminhos paraibanos.

Liberta oficialmente, cabia a Paraíba trilhar os caminhos de uma autonomia prática.

Conclusão

constituir os novos territórios do historiador por meio da anexação dos territórios dos outros (CHARTIER, 2002, p.63)

A pesquisa efetuada para a construção do presente trabalho nos levou a questionamentos como: Porque o tipo de documentação, predominantemente utilizado pelos autores citados ao longo do nosso estudo, e produzida em caráter oficial, encerrando relatos do cotidiano administrativo da colônia, parece constituir a única fonte para o estudo do período?

Legítima esta pergunta o fato de que, ao longo da investigação empreendida não foi encontrada nenhuma obra cujas fontes tenham sido de outro tipo que não a documentação oficial. De tal maneira que se pode levar em consideração algumas hipóteses, entre as quais; a notoriedade do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, que promoveu não apenas a catalogação de grande parte do conjunto documental produzido em caráter oficial, como tornou acessíveis aos pesquisadores brasileiros, as informações que este encerra, e que, mesmo em formato digital, conta com a possibilidade do contato com uma cópia integral do documento digitalizado. O que representa um alargamento das possibilidades de exploração, não apenas deste período, como de outros, assim como a possibilidade de tratar mais profundamente dos problemas relativos a administração colonial e das relações existentes entre as elites daqui e d'além mar. Sendo, tal possibilidade, largamente aproveitada por historiadores de várias partes do Brasil, entre os quais, os paraibanos estudados.

Assim como pode-se considerar que a exploração de outros tipos de fontes para a escrita da história da Paraíba constitui um movimento relativamente recente entre os historiadores paraibanos. Podendo ser encontrados trabalhos cujos temas, vão desde a educação e o sistema escolar, de que dão conta as pesquisas de Ramsés Nunes (UEPB) e Iranilson Buriti (UFCG), com os respectivos trabalhos: *Educação e educadoras na Paraíba do século XX: Práticas, leituras e representações*.(2009); e; *Modos de ver, formas de escrever (anotações em torno da história da educação e do ensino de história)* (Org., 2013); além de projetos de pesquisa em andamento: *Expansão e Consolidação das Instituições de Ensino Católicas na Parahyba do Norte (1891-1945)*;

e *Mamíferos Desdentados: educação, sensibilidades e produção de corpos saudáveis no Brasil e na Colômbia (1918-1946)*, ambos atualmente em andamento; tendo como foco temáticas como a da disciplina. Passando por trabalhos a respeito dos olhares estrangeiros e brasileiros a respeito da Paraíba e sua paisagem, como o faz, José Otávio Aguiar (UFCG) em *Literaturas de viagem: fauna, flora e etnografia brasileira* (20013), entre outros. Alcançando até mesmo a construção de histórias indígenas, por meio de pesquisas como as desenvolvidas por Juciene Ricarte Apolinário (UFCG); e quilombolas e afro-brasileiras, a exemplo das pesquisas levadas a cabo pelas professoras da Universidade Estadual da Paraíba: Maria Lindaci Gomes de Souza e Patricia Cristina de Aragão Araújo. Estando entre elas, fontes dos mais diversos tipos; tais como as que dizem respeito a produção intelectual e institucional de outrora, assim como falas e memórias, obtidas por meio de pesquisas desenvolvidas sob a perspectiva da história oral.

De tal modo que podemos considerar haver ainda aspectos da história colonial paraibana, que, se acertadamente não podemos classificar como inexplorados, apresentam-se por meio de pesquisas ainda incipientes, e são abordados por autores como o professor Josemir Camilo de Melo, para quem: “O fantasmagórico, o imaginário, também pode ser investigado em temas tão estranhos para uma correspondência oficial” (2012, p.52), em cuja fala refere-se aos documentos do acervo referente a Paraíba, constantes na Coleção Resgate Barão do Rio Branco, cujos aspectos oficiais e políticos são largamente explorados em detrimento dos poucos olhares para temáticas como as que dizem respeito aos estudos de gênero, a exemplo das pesquisas orientadas pelo referido autor junto a Yara Michele dos Santos (UEPB, 2010), cuja produção intitulada, *Mulher, Donzela, Grave e 'Cizuda'': Quitéria Bandeira de Melo - Paraíba, 1770-1778*, faz parte de uma série de estudos de caráter inovador para o campo.

Entretanto, apesar da iniciativa de uma série de pesquisadores entre os quais alguns foram anteriormente citados, nota-se que para o período específico da anexação da Capitania da Paraíba a de Pernambuco a grande maioria dos trabalhos produzidos, assim como das pesquisas executadas, gira em torno dos aspectos oficiais e mesmo das tramas vividas entre as elites dirigentes do período, sem, contudo, levar em consideração novas abordagens dos mesmos, como as sugeridas por Melo e que dizem respeito a histórias dos costumes e do cotidiano (2012, p.52), por exemplo.

Acreditamos que iniciativas que partam da proposição de novas abordagens a respeito do período, possam ser muito mais profícuas ao desenvolvimento da historiografia paraibana atual e vindoura. De modo que, ao invés de investigações exaustivas de causas e consequências da anexação de uma capitania a outra, os leitores de trabalhos historiográficos interessados no período, possam se deliciar e emocionar com as tramas da vida cotidiana na capitania subordinada, assim como ser apresentados a aspectos menos vagos e mesmo generalizantes a respeito dos costumes e cultura de paraibanos que se negaram a sentir-se pernambucanos; e, se cujas vidas não foram exploradas pelos autores aqui analisados, mostram-se presentes, em meio as falas de tais autores, que consideraram importantes os apontamentos feitos por Capitães-Mores e oficiais do reino a respeito de uma população que clamava por atenção de uma metrópole que, apesar de ter estreitado as fronteiras com sua colônia por meio de correspondência oficial, para a população comum, mantinha-se, ainda que não separada, muito distante, no longínquo além mar.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Vols. I e II. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB. 1978.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, R.J.: Vozes. 2004
- BARROS, José D'Assunção. **História Política, Discurso e Imaginário: aspectos de uma interface**. In: *Revista Saeculum*. João Pessoa. Janeiro/Junho de 2005. (pp.128-142)
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2008. Introdução à Edição de 2001. *As Culturas Híbridas em Tempos de Globalização*. (pp. XVII-XL).
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre certeza e inquietudes**. Porto Alegre: Ed. Universidade. UFRGS. 2002.
- CRUZ, Fábio Santiago Santa. **Irmãos e Rivais: resistências paraibanas a influencia do Recife (1870-1889)**. Dissertação. Brasília: Unb. 2002.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1987.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 2009.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras; 1989.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. (org.). **Estudando a História da Paraíba**. Campina Grande: Eduepb. 2004.
- MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**. Ed. 12ª. João Pessoa: A União. 2013.
- MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em Ação: A provedoria real da Capitania da Paraíba, 1647-1755**. Tese. São Pulo:USP. 2005.

OLIVEIRA, Elza Regis de. **A Paraíba na Crise do Século XVIII: subordinação e autonomia (1755-1799)**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB. 2007 (2ªed.).

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas Para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB. 1977.

SANTOS, Yara. Michele dos; MELO, Josemir Camilo de (Orientador). **Gênero e sensibilidade na colônia: um estudo do caso Quitéria Bandeira de Melo**. In: XIII Encontro Estadual da ANPUH. História e Historiografia: Entre o Nacional e o Regional. Guarabira, 2008.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de; OLIVEIRA, Iranilson Buriti; VALENTE, Isabel Maria Freitas; ANDRADE, Joel Carlos de Souza (orgs). **D'aqui e D'além Mar**. Vol. II. Ed.1. Campina Grande: Edufcg. 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brazil**. Antes da sua separação e independência de Portugal. Ed. 2. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877.

Internet:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182923> (acessado no dia 02 de agosto de 2014, às 20:00h)

Lattes:

Ramsés Nunes: <http://lattes.cnpq.br/7283288442883348>

Iranilson Buriti: <http://lattes.cnpq.br/6085569185105786>

José Otávio Aguiar: <http://lattes.cnpq.br/7106694267459903>

Juciene Ricarte: <http://lattes.cnpq.br/6938937338148950>

Maria Lindaci Gomes: <http://lattes.cnpq.br/2212950507972324>

Patrícia Cristina de Aragão: <http://lattes.cnpq.br/6734404565435352>

Todos Acessados no dia 02 de Agosto de 2014, entre as 16:00 e as 18:00h